

Notícias do sindicato dos professores de são paulo **SINPRO SP**

CAMPANHA SALARIAL 2007

Negociações salariais no ensino superior começam com dificuldades



As primeiras rodadas de negociação para a campanha salarial do ensino superior, que aconteceram em fevereiro, já anunciam dificuldades. Os mantenedores demonstraram-se reticentes em relação às reivindicações dos professores e utilizaram um arsenal de desculpas para travar o debate, alegando que o setor passa por uma suposta crise que estaria sendo causada pela queda de matrículas e inadimplência.

O conjunto de itens que foi submetido aos donos de escolas estabelece três grandes bandeiras de luta: respeito aos direitos dos professores, remuneração digna e regulamentação das novas formas de trabalho que vêm sendo incorporadas ao cotidiano docente. Isso quer dizer: lutar contra o achatamento dos salários e a precarização das condições de trabalho, o excesso de atribuições sem a devida remuneração, salas superlotadas, planos de carreira criados com o objetivo de reduzir salários. E o engajamento dos professores na campanha desde já é fundamental para colocar essas reivindicações na ordem do dia dos patrões.

As rodadas de negociação continuam e a mobilização da categoria é necessária, inclusive na discussão das questões econômicas. Numa

conjuntura de baixos índices inflacionários, a presença dos professores nas assembleias do Sindicato pode fazer toda a diferença.

Sesi/Senai: momento de mudanças

As mudanças estruturais ocorridas no Sesi e no Senai, com a criação, em 2007, do ensino médio, do ensino em período integral e com a cobrança de mensalidades, garantiu um novo cenário para a campanha dos professores desse segmento. O momento é oportuno para discutir um projeto de recomposição da base salarial e também do aumento da massa salarial – como, por exemplo, vale-alimentação maior e participação nos lucros ou resultados – que permita ampliar o poder de compra da categoria.

Essas questões serão debatidas nas próximas rodadas de negociação. Nas primeiras reuniões com os representantes da Fiesp, no entanto, o foco foram as condições de trabalho dos professores: sobrecarga de trabalho imposta ao docentes do Sesi, excesso de exigências, classes superlotadas e a não-aplicação do plano de carreira para os professores do Senai.

A reivindicação dos professores é que o trabalho seja regulamentado e que se estabeleça um limite para o número de alunos em sala de aula, além, é claro, da manutenção de todas as conquistas previstas nos acordos coletivos.

[acompanhe no endereço www.sinprosp.org.br ou nos boletins eletrônicos o andamento das negociações]

Educação básica aguarda definição do reajuste

A convenção coletiva dos professores da educação infantil, ensino fundamental, médio e cursos livres assinada no ano passado tem validade por dois anos, ou seja, até fevereiro de 2008. Agora falta definir o

reajuste salarial de 2007, a ser aplicado nos salários de março. O percentual será o resultado da média aritmética dos três principais índices inflacionários medidos na data-base da categoria (março a fevereiro). O valor será

conhecido em meados de março, quando os institutos divulgam os últimos números para o cálculo do índice na data-base.

[acesse a [íntegra da convenção coletiva de trabalho no www.sinprosp.org.br](http://www.sinprosp.org.br)]

Artigo analisa a superficialidade nos debates sobre a educação

pág. 3

SINPRO-SP promove show em homenagem ao Dia da Mulher

pág. 4

Faculdade é condenada a registrar professores cooperados

pág. 4

TRABALHO

Cuidado com a compensação de emendas de feriados

É preciso olhar com atenção o calendário escolar, entregue agora no início do semestre letivo. Especialmente os feriados, as possíveis emendas e as compensações previstas. Isso porque, na maioria dos casos, o que as escolas propõem não é a compensação das aulas não dadas e, sim, a realização de atividades extras em horário não habitual. As propostas de compensação de emendas,

uma vez aprovadas em assembleia pelos professores da escola, precisam ser formalizadas no SINPRO-SP em acordo coletivo para que possam disciplinar a realização de trabalho extraordinário. No documento deverão constar as emendas, as datas que serão compensadas e com qual finalidade (reunião ou atividade pedagógica, por exemplo).

[leia mais na [pág. 2](#)]

Jornal volta com novo projeto

Esta edição que você tem agora em mãos é o primeiro número do novo jornal do Sindicato. Depois de um longo período de reformulações, a publicação volta a ser editada e tem uma nova cara. A primeira mudança está no nome, que passa a ser **Notícias do SINPRO-SP**, refletindo o foco central do periódico: informar as ações do Sindicato e tudo que cerca o dia-a-dia dos professores. A cada mês, o novo jornal vai tratar as questões que afetam o ofício docente nas diferentes colunas: "trabalho", "convenção comentada", "cotidiano", "perdas e danos", esta última com as denúncias contra escolas e o registro de conquistas da categoria. Haverá espaço também para reflexão sobre a educação brasileira na coluna "educação em debate". Por fim, o professor contará sempre com uma seção de agenda e serviços. No fim de cada texto, o leitor encontrará a referência ao site do Sindicato (www.sinprosp.org.br) para o aprofundamento dos assuntos tratados e indicação de reportagens especiais exclusivas que tratam do trabalho, da educação e cultura.

Para fazer seu comentário e sugestões, envie e-mail para imprensa@sinprosp.org.br
Boa leitura e até o mês que vem!
Diretoria do SINPRO-SP

Ranking de salários

Esta edição do jornal traz o **Ranking de Salários**, que passa agora a ser publicado duas vezes: no início e no meio do ano, ou seja, antes e depois da data-base da categoria, que é 1º de março. É fundamental que os professores ajudem o Sindicato a acertar eventuais incorreções nos valores fornecidos pelas escolas, faculdades e universidades. As atualizações do **Ranking** continuarão a ser feitas no site www.sinprosp.org.br onde estarão sempre disponíveis para consulta.

Proposta de compensação de emendas deve ser homologada pelo Sindicato

A compensação das emendas de feriados vem causando muita dor de cabeça. Diversas escolas usam esse expediente para programar um conjunto de atividades extras ao horário de trabalho docente. Nem todos os professores dão aula no mesmo dia, mas as atividades, ditas de reposição das emendas, em geral, são programadas para todos. Por isso, é preciso atenção.

O SINPRO-SP alerta: as propostas de compensação só são válidas se discutidas e aprovadas pelos professores em assembleia e homologadas pelo Sindicato. Caso contrário, a escola terá de pagar hora extra.

As normas coletivas em vigor expressam claramente que todo trabalho realizado fora do horário contratual do professor deve ser considerado hora extra e, portanto, remunerado como tal.

Decisão na Justiça

Decisão recente do Tribunal Superior do Trabalho deu ganho de causa ao trabalhador de um supermercado que exigia o pagamento de hora extra, justamente porque a compensação de horas estipulada pela empresa não estava formalizada em um acordo. O entendimento dos juizes é de que a compen-

sação da jornada de trabalho atende muito mais aos interesses das empresas do que dos trabalhadores. Por isso, deve ser formalizada em acordo coletivo para ter validade legal.

Garantias dos acordos

Em linhas gerais, os acordos de compensação prevêm que cada uma aula e meia da emenda seja considerada uma aula compensada. Prevêm também que os professores que não trabalham nos dias das emendas e comparecerem às atividades receberão como horas-aula extras.

Somente poderá ser descontado como falta o não-comparecimento nas compen-

sações dos professores que trabalham nos dias compensados. E nestes casos, as aulas serão descontadas ou abonadas de acordo com a legislação trabalhista em vigor. As horas-aula destinadas à compensação não utilizadas deverão ser zeradas no fim do ano ou em caso de demissão do professor. Não são acumulativas.

É importante ressaltar que qualquer acordo de compensação só terá validade se aprovado pelos professores em assembleia com mediação do Sindicato.

Em caso de dúvida, não existe em buscar orientação do Sindicato.

EDUCAÇÃO

Professores em campanha contra desnacionalização da educação

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), entidade a qual o SINPRO-SP é filiado, enviou carta ao presidente Lula cobrando posicionamento do governo frente à mercantilização do ensino e o risco de desnacionalização da educação.

O documento destaca a importância da defesa da educação como um bem público e exige a regulamentação do setor privado. Alerta para o fato de que a legislação pouco contribui para o efetivo controle das empresas, que têm agido sob a lógica da educação como mercadoria. "O setor empresarial da educação é um dos setores da economia que, por sua desregulamen-

tação, desrespeita sistematicamente as leis trabalhistas e previdenciárias, que possui grande inadimplência das obrigações fiscais e que age de forma autoritária, colocando os interesses mercantilistas à frente dos educacionais", aponta a carta.

E reivindica ainda ações que reafirmem a educação como um bem público, um direito do cidadão e uma questão estratégica para o desenvolvimento e a soberania nacional.

No fim do ano passado, a CONTEE já havia lançado manifesto contra a desnacionalização da educação superior brasileira.

[leia a íntegra da carta e do manifesto em www.contee.org.br]

CONVENÇÃO COMENTADA



Entenda a garantia ao professor ingressante na escola

Nenhum professor pode ser contratado por salário inferior ao limite salarial mínimo dos professores mais antigos de uma determinada escola, faculdade ou universidade. A garantia está prevista nas convenções coletivas de trabalho. É uma das conquistas mais antigas da categoria, cláusula presente nas convenções. Na educação básica com o nome de "Professor ingressante na escola" e no ensino superior com o nome de "salário do professor ingressante na mantenedora".

A importância da cláusula está no fato de impedir que as escolas contratem professores por salários mais baixos, ou seja, é a

garantia do professor de não receber salário menor dos colegas que já estão trabalhando. Se houver plano de carreira instituído, o enquadramento será feito de acordo com a titulação do professor.

Em razão dessa garantia constar nas convenções coletivas, independentemente do mês em que o profissional for contratado, a instituição terá de aplicar o reajuste salarial na íntegra. Nas demais categorias, a aplicação do reajuste acaba sendo proporcional.

[confira a íntegra as cláusulas no canal direitos de www.sinprosp.org.br]

Chatos são vocês!

Silvia Barbára*

"Escola é chata porque não faz sentido". Essa pérola dá título a uma reportagem publicada na Folha de S. Paulo em 07/01/07 e foi extraída de um comentário feito por Rubem Alves, teólogo, ex-professor da UNICAMP, articulista do próprio jornal, dono de restaurante e de uma loja virtual na Internet (vende livros de sua autoria e CDs).

Rubem Alves foi um dos entrevistados pelos jornalistas Antônio Góis e Luciana Constantino para avaliar uma pesquisa elaborada pelo INEP que procurou investigar as razões que levaram 1,7 milhão de jovens entre 15 e 17 anos a não estudarem em 2005.

Segundo a pesquisa, apenas 17,11% abandonaram a escola para procurar emprego. 40% dos entrevistados disseram que não estudam porque não querem. A insólita resposta foi atribuída a três causas: o alto nível de repetência especialmente entre a 5ª e a 8ª série; a gravidez precoce entre as meninas e a "falta de atrativo" da escola.

Falta de atrativo? Foi o que bastou para que a reportagem relegasse a segundo plano os principais motivos e explorasse a "chatice" da escola – e em particular, dos professores. Basta ver os títulos escolhidos – "Escola não motiva e perde alunos", "Escola é chata porque não faz sentido" (sic).

A matéria é aberta com o relato de uma garota de 15 anos que abandonou os estudos "por preguiça de andar até a escola" e "porque os professores eram muito chatos. Não sabiam explicar nada e repetiam todo mundo".

Ora, desde quando uma menina de apenas 15 anos pode escolher se quer ou não ir à escola? Ainda que lhe fosse dado esse direito, a "chatice" dos professores seria suficiente para decisão de tamanha grandeza?



E afinal, que condições tem uma garota, do alto de seus 15 anos, para avaliar o grau de conhecimento de seus professores?

A condescendência dos jornalistas com esse descabimento é evidente. Depois do triste relato, eles concluíram que "com tanto desestímulo para aprender ela parou de estudar e logo depois engravidou. Hoje, com 16 anos, é mãe de uma menina de cinco meses".

O verniz acadêmico, artifício usado para dar uma aparente credibilidade à matéria, veio de especialistas escolhidos para opinar e apontar o dedo inquisidor contra as escolas e os professores.

A professora Eliane Andrade (UNIRIO e UERJ), por exemplo, diz que o problema principal está na escola. "Não dá pra ficar botando mil penduricalhos sem meter a mão na

escola (...). Ele o aluno está sendo generoso com a escola, mas a escola não está sendo generosa com ele", sentencia a professora, seja lá o que ela quis dizer com isso.

A professora Benigna Villas Boas (UNB) prega mudanças na Educação, mas ressalva, em tom de desconfiança: "resta saber se os professores estão preparados". Ai de nós...

Maria Antonia Goulart, coordenadora do programa Bairro Escola, de Nova Iguaçu, acrescenta: "o agravante é que os professores colocam a culpa pelo fracasso no aluno ou na família".

Rubem Alves, por sua vez, desfia o rosário de sempre: "a escola é chata porque os alunos acabam não tendo prazer em aprender", "a aprendizagem tem que ser atraente", "isso passa por mudanças da cabeça e do coração do professor", bla bla bla, bla bla bla.

Não há uma única menção sobre a falta de políticas públicas mais gerais, nem referência à desintegração social, ao papel da família e ao compromisso do próprio jovem.

Nenhum dos entrevistados lembrou de dizer também que estudar é difícil, exige trabalho, comprometimento. Afinal, a escola não é parque de diversão, nem a vida é feita apenas de tarefas "atraentes e prazerosas".

Por fim, nenhum deles se deu conta de que esse tipo de discurso alimenta o descrédito na Educação e estimula ainda mais evasão escolar.

Esse viés reducionista não produz e até impede mudanças indiscutivelmente necessárias. Além disso, não é profissional, pois com frequência resvala para o desrespeito aos que, apesar de tudo, insistem na Educação.

*Diretora da FEPESP

A imprensa desinformada

Não é a primeira vez, e certamente não será a última, que os jornais estampam em suas páginas, alguns com grande destaque, notícias sobre a Educação. É bom que seja assim porque esse é um tema em torno do qual toda a informação é pouca. Falta muito ainda para que a sociedade brasileira seja atendida por um sistema educacional que dê conta de suas atuais necessidades e, neste caso, a imprensa desempenha papel fundamental.

Mas para que cumpra esse papel, os jornais e os profissionais que trabalham neles precisam aprofundar a cobertura que fazem sobre os assuntos relativos à Educação, em especial com a diversificação e a pluralidade

das fontes que ouvem. Veja-se, por exemplo, a matéria publicada em 8 de janeiro na Folha de S. Paulo sobre a inadimplência nas escolas particulares de ensino superior. Está tudo ali, todos os números, todos os percentuais de alunos devedores, entrevistas com dirigentes das empresas e até com responsáveis pelos órgãos de defesa do consumidor, mas não há um único questionamento sobre as causas da inadimplência nem sobre a eventual inconsistência dela, na hipótese – sempre possível – de que os números tenham sido superdimensionados por quem tem interesse em apresentá-los elevados. Sim, porque é natural – e esperado – que o jornal procure identificar os motivos do fato e bastaria um simples

levantamento sobre os índices recentes de aumento das anuidades para que uma parte da explicação sobre a eventual inadimplência seja dada: a ganância dos donos das escolas e a voracidade com que majoraram seus preços só podia mesmo provocar um estrangulamento do mercado. Mas é mais que isso: causa um certo estranhamento que o assunto tenha ocupado a primeira página do jornal no exato momento em que tem início a campanha salarial dos professores universitários.

Pois nesse caso, ainda que o jornal seja merecedor de toda a credibilidade com que trata suas pautas, faltou discernimento, apuro, sensibilidade e... consistência na matéria da Folha.

O artigo que a professora Silvia Bárbara publica nesta primeira edição do **Notícias SINPRO-SP** é, por conta disso, bastante esclarecedor. Quando aborda temas relativos à Educação, a imprensa insiste em percorrer um caminho repleto de lugares comuns, de frases feitas, de meias-verdades e acaba reproduzindo não mais que preconceitos sobre a Escola e sobre o trabalho dos professores. Quando isso acontece – e isso tem acontecido com uma recorrência muito grande nos últimos tempos –, perde a sociedade e perde também a imprensa pela oportunidade que deixa de lado de prestar um serviço de interesse público compatível com o assunto que noticia.

AGENDA



Elisa Lucinda e Marcos Lima

8 de março será dia de festa no SINPRO-SP. Para comemorar o Dia Internacional da Mulher, o Sindicato realizará o show "Ô Danada", com a poetisa, escritora e atriz Elisa Lucinda, no Teatro Ruth Escobar, em São Paulo, numa homenagem especial.

SINPRO-SP realiza show em homenagem ao Dia da Mulher

No espetáculo, acompanhada pelo músico Marcos Lima, Elisa utiliza sua presença cênica para interpretar de forma original - com muito bom humor e mesclando poesias - canções de seu parceiro e outros artistas da música popular brasileira. O show é aberto a todos os interessados. O ingresso (para a professora ou professor e um acompanhante) deverá ser retirado na sede do Sindicato, em troca de 1kg de alimento não perecível.

Elisa Lucinda é autora livros de poesia e já realizou diversos espetáculos teatrais com foco na poesia. Como atriz, já trabalhou em filmes e novelas. Atualmente é conhecida por seu papel como Selma na novela *Páginas da Vida*, da Rede Globo. Mantém a "Escola Lucinda de Poesia Viva", onde ensina interpretação teatral da poesia. Marcos Lima é cantor, compositor e violonista. Tem dois CDs lançados e o terceiro previsto para primeiro semestre de 2007.

Espectáculo: "Ô Danada",

com Elisa Lucinda e Marcos Lima

Dia 8 de março (quinta-feira), às 21h
 Loca: Teatro Ruth Escobar - sala Dina Sfat
 Rua dos Ingleses, 209, Bela Vista
 Ingressos devem ser retirados na sede do Sindicato (Rua Borges Lagoa, 208, Vila Clementino, prox. metrô Santa Cruz), das 8h30 às 18h.

PERDAS E DANOS

Vitória na luta contra as cooperativas

No fim do ano passado, os professores receberam uma boa notícia. Em julgamento da ação pública movida pelo SINPRO-SP, a Justiça do Trabalho condenou a Faculdade Sumaré a registrar todos os professores, pondo fim ao regime de cooperativa.

A sentença - em primeira instância - destacou diversas irregularidades que apontam o uso fraudulento da cooperativa, entre os quais, "a verificação de que os trabalhadores se associam sem ter pleno conhecimento das diretrizes do cooperativismo; a cooperativa só existe para o fornecimento de mão-de-obra sem auxílio mútuo e participação na atividade econômica; o tratamento dos cooperados como

se empregados fossem; existência de personalidade e de subordinação".

Em outras palavras, nesse tipo de contratação, os professores recebem ordens, cumprem horários. Não existe autonomia, característica marcante do cooperativismo. Muitas instituições, a exemplo da Sumaré, têm adotado essa prática única exclusivamente para burlar a legislação trabalhista, deixando os professores desprotegidos, sem diversos direitos.

O Sindicato tem o registro hoje de mais de 30 denúncias - em tramitação nas delegacias regionais do trabalho - contra instituições que mantêm professores cooperados.

[veja o dossiê cooperativas: www.sinprosp.org.br]

Ministério Público do Trabalho move ação contra escola

O Colégio Pequenópolis fechou as portas há cerca de um ano e deixou muitos problemas e dívidas com os professores. Existem pelo menos 34 ações movidas pelo SINPRO-SP contra a escola em tramitação na Justiça. As irregularidades trabalhistas são diversas: ausência de registro de empregados, não pagamento de salários, 13º, verbas rescisórias, além de problemas no recolhimento do FGTS.

A crise chamou a atenção do Ministério Público do Trabalho que moveu ação con-

tra a escola e seu proprietário, José Aurélio Camargo, conhecido na mídia por ter propalado um projeto que fazia apologia à terceirização de professores.

A ação pública cobra o pagamento do que é devido aos professores e condena contratação por meio fraudulento, ou seja, terceirizar a atividade fim, que no caso da escola é ensinar.

O SINPRO-SP acompanha de perto o andamento da ação.

COTIDIANO

Vem aí a jornada pedagógica do SINPRO-SP

Nos dias 24, 25 e 26 de maio o SINPRO-SP realiza a jornada pedagógica "Inclusão, Educação e Sociedade" que irá discutir a inclusão dos portadores de necessidades especiais nas escolas, as políticas públicas, além de analisar e debater as experiências implementadas e os seus resultados.

A programação do evento - que será divulgada em breve - inclui conferências, mesas-redondas e rodas de conversas. Haverá espaço também para a apresentação de trabalhos. As propostas poderão ser enviadas para o e-mail jornadapedagogica@sinprosp.org.br até o **dia 6 de abril** em duas modalidades: apresentação oral e painel.

Para a apresentação oral, serão aceitos os trabalhos de pesquisa finalizados e com texto completo que deverá conter: introdução, objetivo, método, tratamento dos dados ou análise, resultados, conclusões e referências. Para os painéis, serão aceitos trabalhos de pesquisa (finalizados ou em andamento) ou relatos de experiências. No primeiro caso, o texto deve conter objetivo, método, tratamento dos dados ou análise dos resultados e conclusões. No segundo, objetivo, procedimentos e resultados. O autor ou apresentador do trabalho deverá estar inscrito no evento.

[veja em www.sinprosp.org.br mais sobre as regras para apresentação dos trabalhos]

Receba notícias toda semana

Semanalmente, o Sindicato envia aos professores, por e-mail, um boletim com suas principais notícias, informações importantes sobre o mundo trabalho, educação e cultura, além de links para reportagens especiais, entrevistas exclusivas e dicas diversas. Também divulga promoções ocasionais, colocando à disposição dos leitores exemplares de revistas e livros, gratuitamente.

O boletim, que circula desde 2002, já tem mais de 20 mil assinantes e sai sempre às sextas-feiras, no fim do dia. Se você ainda não recebe, acesse o endereço www.sinprosp.org.br/cadastro e entre com seu número de matrícula no SINPRO-SP e data de nascimento. Verifique os dados cadastrais e atualize o e-mail (ou inclua-o, caso ainda não tenha um registrado no cadastro).